

# SUMÁRIO

---

<b>PARTE I – INTRODUÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Introdução.....</b>	<b>3</b>
1 Evolução histórica .....	3
2 Conceituação e princípios constitucionais .....	15
3 Da saúde.....	19
4 Da previdência social .....	22
5 Da assistência social .....	26
5.1 Benefício de prestação continuada da Lei nº 8.742/93 – LOAS.....	30
5.2 Auxílio Brasil e Bolsa família.....	37
5.3 Demais programas assistenciais .....	41
6 Da organização da seguridade social .....	44
7 Números da proteção previdenciária no Brasil.....	47
8 Interpretação da legislação previdenciária .....	49
8.1 Conteúdo, fontes, autonomia .....	49
8.2 Vigência, hierarquia, aplicação e integração .....	49
8.3 Orientação dos tribunais superiores.....	52
9 Competência em matéria previdenciária .....	53
9.1 Competência ordinária .....	53
9.2 Competência federal delegada (prestações e custeio).....	53
9.3 Competência para o julgamento das ações relativas ao LOAS .....	55
9.4 Competência para o julgamento de ações acidentárias .....	56
9.5 Competência da Justiça do Trabalho.....	59
<b>PARTE II – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL .....</b>	<b>61</b>
Considerações preliminares .....	62

**Capítulo 2 – As Contribuições de Seguridade Social no Sistema Constitucional**

<b>Tributário Brasileiro</b> .....	63
1 O Sistema Constitucional Tributário Brasileiro.....	63
1.1 Conceito.....	63
1.2 Competência tributária.....	67
1.3 Tributo.....	67
1.3.1 Estrutura da norma jurídico-tributária.....	69
1.3.2 Classificação.....	71
1.3.3 Espécies tributárias.....	74
1.3.3.1 Impostos.....	74
1.3.3.2 Taxas.....	76
1.3.3.3 Contribuições de melhoria.....	78
1.3.3.4 Empréstimos compulsórios.....	79
1.3.3.5 Contribuições.....	80
2 Contribuições de seguridade social.....	102
2.1 Conceito.....	102
2.2 Distinção do imposto.....	104
2.3 Distinção da taxa.....	107
2.4 Financiamento e orçamento próprio.....	109
2.5 Solidariedade contributiva (financiamento direto e indireto).....	115
2.6 Limitações constitucionais à instituição de contribuições de seguridade social.....	115
2.6.1 Princípios, limitações, imunidades, isenção e não incidência – distinções preliminares.....	115
2.6.1.1 Princípio da proporcionalidade.....	122
2.6.2 Relevância das limitações.....	125
2.6.3 Limitações gerais de competência tributária.....	127
2.6.4 Limitações especiais de seguridade social.....	136
2.6.4.1 Imunidade sobre aposentadorias e pensões concedidas pelo RGPS.....	136
2.6.4.2 Imunidade sobre receitas decorrentes de exportação.....	139
2.6.4.3 Imunidades das entidades beneficentes de assistência social.....	139
2.6.4.4 A hipótese do artigo 155, § 3º.....	151
2.6.4.5 Limitação constitucional da anterioridade especial.....	152
2.6.4.6 Regra da contrapartida.....	153
2.6.4.7 Limitações constitucionais referentes à instituição de contribuições residuais.....	155

<b>Capítulo 3 – Lei Orgânica da Seguridade Social</b> .....	165
1 Observação inicial .....	165
2 Dos contribuintes.....	166
2.1 Dos segurados .....	166
2.1.1 Empregado .....	166
2.1.2 Empregado doméstico .....	178
2.1.3 Contribuinte individual.....	179
2.1.4 Trabalhador avulso.....	184
2.1.5 Segurado especial .....	186
2.1.6 Atividades concomitantes .....	191
2.1.7 Carteira de identificação e contribuição .....	191
2.1.8 Aposentado que exerce atividade remunerada.....	191
2.1.9 Dirigente sindical no exercício do mandato eletivo .....	192
2.1.10 Servidores públicos .....	193
2.1.11 Segurado facultativo.....	194
2.2 Da empresa e do empregador doméstico.....	196
3 Da contribuição da União.....	201
4 Da contribuição do segurado .....	202
4.1 Da contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso .....	202
4.2 Da contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo .....	205
5 Da contribuição da empresa.....	208
5.1 Contribuição incidente sobre o total das remunerações pagas aos segurados empregados e trabalhadores avulsos .....	208
5.2 Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho .....	211
5.3 Contribuição incidente sobre o total das remunerações pagas aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços .....	215
5.4 Contribuição incidente sobre o serviço prestado por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho .....	216
5.4.1 Histórico da contribuição.....	216
5.4.2 Sujeição passiva .....	217
5.4.3 (In)Constitucionalidade da exação .....	217
5.5 Contribuição das entidades financeiras e equiparadas .....	220
5.6 Contribuição de associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.....	223
5.6.1 Histórico da contribuição.....	223
5.6.2 Situação na Lei nº 8.212/91 .....	225

5.7	Entidades religiosas .....	226
5.8	Contribuição do produtor rural pessoa jurídica .....	227
5.9	Contribuições da empresa incidentes sobre o faturamento e o lucro (FIN-SOCIAL, COFINS, PIS/PASEP, Importação de bens e serviços do exterior, CSL) .....	233
6	Da contribuição do empregador doméstico.....	244
7	Da contribuição do produtor rural pessoa física .....	244
8	Da contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos .....	248
9	Das outras receitas .....	251
10	Do salário de contribuição.....	253
10.1	Conceito .....	253
10.2	Limites .....	254
10.3	Inclusão do salário-maternidade .....	255
10.4	Décimo terceiro salário .....	257
10.5	Diárias .....	261
10.6	Parcelas excluídas do salário de contribuição .....	262
10.7	Salário-base.....	277
11	Da arrecadação e recolhimento das contribuições.....	279
11.1	Das normas gerais relativas à arrecadação e recolhimento de contribuições.....	279
11.2	Da retenção e da responsabilidade solidária .....	288
11.2.1	Retenção de 11% em relação a serviços executados mediante cessão de mão de obra.....	288
11.2.1.1	Simplex .....	296
11.2.2	Grupo econômico .....	297
11.2.3	Da construção civil.....	297
11.2.4	Operador portuário e o órgão gestor de mão de obra .....	300
11.2.5	Responsabilidade dos sócios.....	300
11.2.6	Dirigente da Administração Pública .....	307
11.2.7	Administradores de autarquias e fundações públicas .....	307
11.3	Obrigações acessórias.....	307
11.4	Da competência para arrecadar e fiscalizar .....	311
11.4.1	Da aferição indireta.....	312
11.4.2	Presunção de desconto .....	313
11.4.3	Constituição do crédito da seguridade social.....	314
11.5	Das contribuições pagas com atraso.....	314
11.5.1	Da multa .....	314
11.5.2	Do parcelamento .....	322

11.5.3	Da dívida ativa e do leilão .....	322
11.5.4	Execução de contribuições na Justiça do Trabalho.....	336
11.5.5	Decadência e prescrição .....	344
11.5.6	Indenização de tempo de serviço do contribuinte individual e do trabalhador rural .....	349
11.5.7	Prescrição especial da ação anulatória.....	353
12	Da prova de inexistência de débito .....	359
13	Das disposições gerais .....	363
13.1	Da matrícula da empresa .....	363
13.2	Da imunidade e da isenção.....	364
14	Das disposições finais e transitórias .....	365
14.1	Da modernização da Previdência Social.....	365
14.1.1	Cadastrros de informações sociais .....	365
14.1.2	Outras disposições relativas a dados cadastrais .....	367
14.1.3	Normas gerais relativas a pagamentos de benefícios.....	371
14.1.4	Outras normas relativas à modernização da previdência social .....	373
14.1.5	Da lista de devedores .....	374
14.2	Das demais disposições.....	375
14.2.1	Acordos internacionais.....	375
14.2.2	Contribuições das pessoas políticas.....	376
14.2.3	Prescrição em favor da seguridade social .....	377
14.2.4	Restituição e compensação de contribuições .....	377
14.2.5	Créditos da seguridade social contra a União .....	383
14.2.6	Multa por infração a dispositivo da Lei nº 8.212/91.....	383
14.2.7	Contribuição de terceiros.....	386
14.2.7.1	Contribuição ao INCRA .....	387
14.2.8	Crimes previdenciários.....	389
14.2.9	Equilíbrio atuarial .....	399
14.2.10	Reajustes dos valores da lei .....	399
<b>PARTE III – PREVIDÊNCIA SOCIAL.....</b>		<b>403</b>
<b>Capítulo 4 – Plano de Benefícios da Previdência Social .....</b>		<b>405</b>
1	Da finalidade e dos princípios básicos da previdência social .....	405
1.1	Da finalidade da previdência social.....	405
1.2	Dos princípios básicos da previdência social.....	406
1.3	Do CNPS.....	407
1.4	Da Ouvidoria-Geral.....	408

2	Do plano de benefícios da previdência social.....	409
2.1	Dos regimes de previdência social.....	409
3	Do regime geral de previdência social .....	411
3.1	Dos beneficiários.....	411
3.1.1	Dos segurados.....	411
3.1.2	Dos dependentes .....	411
3.1.3	Da manutenção da qualidade de segurado .....	424
3.1.4	Da filiação e da inscrição.....	428
3.2	Das prestações em geral .....	431
3.2.1	Das espécies de prestações .....	431
3.2.2	Dos períodos de carência .....	432
3.2.2.1	Dispensa de carência .....	435
3.2.2.2	Tempo de contribuição em regime próprio.....	436
3.2.2.3	Contagem do período de carência.....	436
3.2.2.4	Segurado especial.....	438
3.2.2.5	Trabalhador rural.....	440
3.2.2.6	Comprovação da atividade rural .....	441
3.2.3	Do cálculo do valor dos benefícios .....	444
3.2.3.1	Do salário de benefício.....	444
3.2.3.2	Da renda mensal do benefício.....	454
3.2.3.3	Alterações promovidas pela EC nº 103/19 (Reforma da Previdência).....	457
3.2.3.4	Calculando um benefício previdenciário .....	463
3.2.4	Do reajustamento do valor dos benefícios.....	466
3.2.4.1	Regras para o reajustamento dos benefícios .....	466
3.2.4.2	Súmula nº 260 do TFR .....	466
3.2.4.3	Artigo 58 do ADCT.....	467
3.2.4.4	Lei nº 8.213/91.....	467
3.2.4.5	Cláusula de preservação do valor real.....	470
3.2.4.6	Pagamento dos benefícios.....	470
3.2.4.7	Acumulação de benefícios .....	474
3.2.5	Dos benefícios.....	479
3.2.5.1	Da aposentadoria por invalidez (ou por incapacidade permanente) .....	479
3.2.5.2	Da aposentadoria programada.....	487
3.2.5.3	Da aposentadoria por tempo de contribuição .....	498
3.2.5.4	Da aposentadoria especial .....	511
3.2.5.5	Do auxílio por incapacidade temporária.....	534

3.2.5.6	Do salário-família .....	541
3.2.5.7	Do salário-maternidade .....	543
3.2.5.8	Pensão por morte .....	549
3.2.5.9	Do auxílio-reclusão .....	559
3.2.5.10	Dos pecúlios .....	563
3.2.5.11	Do auxílio-acidente .....	564
3.2.5.12	Do abono de permanência em serviço .....	572
3.2.5.13	Seguro-desemprego .....	572
3.2.6	Dos serviços .....	575
3.2.6.1	Do serviço social .....	575
3.2.6.2	Da habilitação e reabilitação profissional .....	575
3.2.7	Da contagem recíproca de tempo de contribuição .....	577
3.2.7.1	Desaposentação .....	583
4	Das disposições diversas relativas às prestações e das disposições finais e transi- tórias .....	607
4.1	Decadência e prescrição em matéria previdenciária .....	607
4.1.1	Decadência contra o beneficiário .....	607
4.1.2	Prescrição contra o beneficiário .....	612
4.1.3	Decadência contra a previdência social .....	613
4.1.4	Prescrição relativa a acidente do trabalho .....	613
4.2	Justificação administrativa .....	614
4.3	Conselho de Recursos da Previdência Social .....	614
4.4	Requisições de pequeno valor – RPV .....	619
4.5	Prazo para embargos à execução .....	620
4.6	Procuradoria .....	620
4.7	Multa .....	623
4.8	Correção de valores .....	623
4.9	Extinção de regimes previdenciários anteriores .....	623
4.10	Regime especial do ex-combatente, do ferroviário e do anistiado político ..	624
4.11	Competência para fiscalização de obrigações não tributárias .....	626
5	Acidente do trabalho .....	632
5.1	Conceito .....	632
5.1.1	Nexo técnico epidemiológico (NTE) e fator acidentário de pre- venção (FAP) .....	634
5.2	Comunicação de acidente do trabalho – CAT .....	639
5.3	Prestações acidentárias .....	640
5.4	Estabilidade do acidentado .....	640
5.5	Educação acidentária .....	641

5.6	Responsabilidade civil – ação regressiva acidentária .....	641
5.7	Exaurimento da via administrativa .....	646
<b>Conclusão</b>	.....	<b>649</b>
<b>Bibliografia</b>	.....	<b>651</b>